

ENTRE FRONTEIRAS E DISSIDÊNCIAS: MIGRANTES NA HISTÓRIA DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA AMÉRICA LATINA¹

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos²

Resumo: Este artigo analisa criticamente a figura do(a) migrante na história das dissidências de gênero e sexualidade na América Latina, articulando perspectivas interseccionais e decoloniais desde o período colonial até o século XXI. A colonização ibérica instaurou normativas heteropatriarcais que reprimiram identidades dissidentes, cujas reverberações se prolongaram nas independências nacionais. Examina-se a emergência de subculturas urbanas e ativismos queer/cuir transnacionais, bem como o papel das migrações internas e externas na intensificação de vulnerabilidades e na criação de redes de resistência. Com base em autores como Bento, Colling e Lugones, argumenta-se que ser simultaneamente migrante e dissidente de gênero/sexualidade exacerbava exclusões socioeconômicas e simbólicas. Destaca-se, ainda, a potência política do termo *cuir* como estratégia de contestação às normatividades brancas, colonialistas e elitistas. A visibilização das narrativas LGBTQIAPN+ migrantes revela-se crucial para a construção de uma memória coletiva plural e para o fortalecimento de alianças latino-americanas.

Palavras-chave: Migração; Dissidência sexual; Gênero; Interseccionalidade; Decolonialidade; Queer/Cuir.

ACROSS BORDERS AND DISSIDENCES: MIGRANTS IN THE HISTORY OF GENDER AND SEXUALITY IN LATIN AMERICA

Abstract: This article critically examines the role of migrants in the history of gender and sexual dissidence in Latin America, integrating intersectional and decolonial perspectives from the colonial period to the 21st century. Iberian colonization imposed heteropatriarchal norms that violently erased dissident identities, establishing systems of marginalization that persisted beyond national independence. The text explores the emergence of queer/cuir subcultures and transnational activist networks, emphasizing the centrality of both internal and international migrations in producing vulnerabilities and generating resistance. Drawing on scholars such as Bento, Colling, and Lugones, the paper argues that being simultaneously a migrant and gender/sexual dissident intensifies socio-symbolic exclusion. It also discusses the political use of the term *cuir* as a decolonial discursive strategy against white, elitist normativity. Finally, it highlights the relevance of migrant LGBTQIAPN+ voices in building plural memory and strengthening Latin American transnational alliances.

Keywords: Migration; Gender dissidence; Sexuality; Intersectionality; Decolonial critique; Queer/Cuir theory.

¹ Este artigo conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

² Doutorando em educação e Saúde na infância e adolescência - UNIFESP
E-mail: douglas.pestana@unifesp.br.

ENTRE FRONTERAS Y DISIDENCIAS: MIGRANTES EN LA HISTORIA DEL GÉNERO Y LA SEXUALIDAD EN AMÉRICA

Resumen: Este artículo examina críticamente la figura de lxs migrantes en la historia de las disidencias sexuales y de género en América Latina, articulando enfoques interseccionales y decoloniales desde la colonia hasta el siglo XXI. La colonización ibérica instauró normas heteropatriarcales que reprimieron identidades disidentes, cuyas lógicas de exclusión persisten en los contextos contemporáneos. Se analizan los surgimientos de subculturas queer/cuir urbanas y redes transnacionales de activismo, así como el rol de las migraciones en la intensificación de vulnerabilidades y en la producción de resistencias. Con apoyo en autorxs como Bento, Colling y Lugones, se argumenta que ser migrante y disidente sexual o de género conlleva formas agravadas de exclusión socioeconómica y simbólica. Asimismo, se destaca el uso del término *cuir* como herramienta político-discursiva decolonial. Finalmente, se defiende la necesidad de visibilizar las voces migrantes LGBTQIAPN+ como parte de una memoria colectiva plural y regional.

Palabras clave: Migración; Disidencias sexuales; Género; Interseccionalidad; Colonialidad; Queer/Cuir.

Introdução

A história da dissidência de gênero e da sexualidade na América Latina entrelaça-se profundamente com fluxos migratórios, diásporas e deslocamentos forçados. Desde as primeiras crônicas coloniais até os debates contemporâneos, a figura do(a) migrante seja ele(a) deslocado dentro de seu próprio país ou além de suas fronteiras emerge ora como sujeito silenciado e estigmatizado, ora como agente catalisador de mudanças sociais. No entanto, narrativas historiográficas tradicionais frequentemente omitiram essas intersecções entre migração, gênero e sexualidade, privilegiando relatos nacionais homogêneos e retratando experiências LGBTQIAPN+ de forma descontextualizada³.

Do ponto de vista teórico, adotamos uma perspectiva informada por estudos de gênero, teoria queer/cuir e abordagens decoloniais. Entendemos,

³ BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

com Grosfoguel⁴ e Lugones⁵, que a colonização europeia não operou apenas via exploração econômica, mas também pela imposição de uma matriz de poder que subsumiu epistemologias e corpos num arcabouço cisheteropatriarcal eurocêntrico. Em outras palavras, as noções europeias de patriarcado, sexualidade “legítima” e binarismo de gênero foram disseminadas globalmente como normas hegemônicas durante a expansão colonial. Essa colonialidade do poder e do saber teve impactos duradouros nas sociedades latino-americanas, produzindo o que Lugones⁶ denominou de colonialidade de gênero, ou seja, a introdução forçada de um sistema de gênero binário, misógino e transfóbico que devastou ou invisibilizou cosmologias nativas com reconhecimentos mais fluidos de gênero/sexualidade.

Dissidência, diáspora e interseccionalidade

No entrelaçamento entre migração e dissidência sexogenérica, é imprescindível adotar uma lente interseccional que contemple as múltiplas formas de opressão e resistência em jogo. Pessoas LGBTQIAPN+ migrantes enfrentam, em geral, a dupla marginalização: sofrem tanto pela discriminação relacionada à sua orientação sexual/identidade de gênero quanto pela xenofobia e desvantagens impostas a estrangeiros ou deslocados internos⁷. Estudos recentes evidenciam que a maior parte das pessoas LGBTQIAPN+ que deixam seus países de origem na América Latina o fazem justamente em decorrência de violências e perseguições ligadas à

⁴ GROSFOGUEL, Ramón. Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 496-530.

⁵ LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 949-967, 2010.

⁶ LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 949-967, 2010.

⁷ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

LGBTIfobia institucionalizada seja na família, na escola, no trabalho ou na comunidade⁸.

Em El Salvador, Guatemala, Honduras e outros países da América Central, por exemplo, gangues e grupos paramilitares frequentemente visam pessoas LGBTQI+ com ameaças, estupros "corretivos" e assassinatos, gerando fluxos de refugiados em direção ao norte (México e Estados Unidos) em busca de proteção. Do mesmo modo, na Venezuela da década de 2010, pessoas trans e homossexuais enfrentaram agravamento da violência e da pobreza, integrando o êxodo massivo venezuelano rumo a países vizinhos (Colômbia, Brasil, Chile e Argentina), onde se depararam com novos muros de preconceito⁹.

Importante salientar que os riscos não cessam no ato de migrar: a rota migratória em si e os contextos de trânsito ou destino muitas vezes replicam ou até amplificam a LGBTIfobia. Uma pesquisa do Mixed Migration Centre (MMC)¹⁰, realizada com centenas de migrantes LGBTQI+ em trânsito pelo México, revelou que quase todos entrevistados relataram níveis altos ou muito altos de exposição a violências motivadas por ódio durante a migração, sendo que a maioria sofreu diretamente pelo menos um incidente grave de discriminação ou abuso no percurso.

Os perpetradores variam desde membros do crime organizado até agentes estatais corruptos. Identidades mais visíveis como mulheres trans e pessoas não binárias de expressão de gênero não normativa tendem a enfrentar os níveis mais exacerbados de violência e assédio, tornando-se alvos preferenciais¹¹. Mulheres trans migrantes, em particular, frequentemente relatam agressões constantes que culminam em assassinatos por transfobia, o

⁸ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

⁹ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

¹⁰ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

¹¹ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

que levou pesquisadorxs a empregar o termo “transfeminicídio” para designar esses crimes de ódio específicos. Bento¹² conceitua o transfeminicídio como “o assassinato de travestis e mulheres trans em razão de gênero, motivado pelo ódio ao trânsito que essas pessoas realizam do masculino socialmente designado para o feminino”.

Outro aspecto interseccional crítico refere-se à precariedade socioeconômica e documental vivenciada por migrantes LGBTQIAPN+. Muitos são forçados à economia informal ou ao trabalho sexual devido às barreiras legais e à discriminação no emprego formal nos países de acolhida. Ademais, a falta de reconhecimento legal de sua identidade de gênero e a ausência de redes de apoio agravam sua vulnerabilidade¹³. Em casos extremos, solicitantes de refúgio LGBTQIAPN+ enfrentam obstáculos adicionais para o asilo, seja pela incompreensão das autoridades migratórias, seja pela retraumatização em entrevistas em que precisam narrar violências íntimas¹⁴.

Ainda assim, migrantes LGBTQIAPN+ têm desenvolvido estratégias de sobrevivência e resistência, muitas vezes apoiando-se em redes comunitárias transnacionais. Conforme o estudo do MMC¹⁵, manter contatos regulares com amigxs/familiares ao longo da rota e viajar em grupos coesos figuram entre as táticas de autoproteção mais adotadas por essxs migrantes. Outras soluções incluem a criação de abrigos especializados como a Casa Frida (México) e a Casa Miga (Brasil), espaços seguros que desempenham papel vital no acolhimento e proteção de migrantes LGBTQIAPN+ vulneráveis.

¹² BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

¹³ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

¹⁴ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

¹⁵ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

Teoria queer e *cuir*: apropriações decoloniais e práticas de resistência

Nas últimas décadas, o desenvolvimento dos estudos de gênero/sexualidade e do ativismo LGBTQIAPN+ na América Latina tem sido marcado por uma crescente reflexão crítica sobre a influência de paradigmas globais versus as especificidades locais. Um exemplo eloquente é o debate em torno da própria palavra *queer*, termo oriundo do contexto anglo-saxão que significa “estranho/anormal” e foi ressignificado como bandeira teórica e política antinormativa. No Brasil e em outros países latino-americanos, a teoria queer adentrou sobretudo pela via acadêmica nos anos 1990-2000, por meio de traduções e da mediação de intelectuais como Guacira Lopes Louro, Richard Miskolci, Leandro Colling, Berenice Bento, entre outrxs¹⁶.

Contudo, muitos militantes de movimentos LGBTQIAPN+ locais viam (e ainda veem) essas ideias com suspeita, considerando-as elitistas, abstratas ou “estrangeiras” demais para realidades marcadas por urgências materiais. Conforme observa Colling¹⁷, a adesão ao rótulo “queer” na América Latina foi polêmica exatamente por seu caráter importado e pela possibilidade de perpetuar códigos e sentidos brancos/eurocêntricos alheios às vivências regionais. Em resposta, ativistas e pesquisadorxs latino-americanxs empreenderam apropriações locais do termo. Uma estratégia semântica significativa foi a adoção das grafias “*kuir*” (em espanhol) ou “*cuir*” (grafia aportuguesada) uma sutil “tropicalização” do queer original, mas carregada de intencionalidade política. Escrevendo *cuir/kuir*, em vez de queer, dissidentes latino-americanos demarcam uma diferença em relação ao Norte Global, subvertendo a ortografia anglófona e sinalizando que nossas

¹⁶ COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

¹⁷ COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

dissidências sexuais têm sotaques e cores próprios, não se limitando a espelhar teorias nascidas nos centros hegemônicos¹⁸.

Essa apropriação do termo — queer > *cuir* — veio acompanhada de um esforço de tradução cultural mais amplo. Por um lado, buscou-se descolonizar as referências teóricas, conectando as agendas de sexualidade às questões de raça, classe e colonialismo. Colling¹⁹ enfatiza que compreender “isso que é o Sul *cuir*” exige reconhecer que ainda operamos sob colonialidades do saber/poder que nos obrigam a dialogar criticamente com o “norte queer”. Por outro lado, ativistas incorporaram terminologias vernáculas já existentes. Termos historicamente usados de forma pejorativa em espanhol e português como *marica*, *maricón*, *bicha*, *travesti* e *sapatão* foram ressignificados em contextos militantes, muitas vezes preferidos em vez de anglicismos.

O coletivo chileno Coordinadora Universitaria por la Disidencia Sexual (CUDS), fundado em 2002, é exemplar nesse sentido: mescla produção teórica com artivismo de base, desafiando o pensamento hegemônico sobre sexualidade/gênero e “localizando” o queer ao traduzi-lo para um léxico latino²⁰. Em suas ações de rua e intervenções artísticas, o coletivo adota máscaras ou signos estéticos andinos, denuncia tanto o machismo quanto o racismo da sociedade chilena e ocupa o espaço público com performances que amalgamam a crítica pós-colonial e a irreverência queer. Essa conjunção de luta antinormativa sexual com luta anticolonial e anticapitalista é característica dos movimentos queer/cuir latino-americanos contemporâneos.

¹⁸ COLECTIVO UNIVERSITARIO DE DISIDENCIA SEXUAL (CUDS). Coordenadora Universitaria por la Disidencia Sexual. Santiago do Chile, 2002. Disponível em: <https://cuds.cl>. Acesso em: 10 maio 2025.

¹⁹ COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

²⁰ COLECTIVO UNIVERSITARIO DE DISIDENCIA SEXUAL (CUDS). Coordenadora Universitaria por la Disidencia Sexual. Santiago do Chile, 2002. Disponível em: <https://cuds.cl>. Acesso em: 10 maio 2025.

Conforme sintetiza a intelectual afro-caribenha Ochy Curiel, não se trata apenas de “sair do armário”, mas de “sair da colônia” um projeto de libertação que une feminismos antirracistas, movimentos trans e dissidências sexuais sob a insígnia comum da decolonização. Instituições e redes têm contribuído para essa circulação de ideias insurgentes. O Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), criado em 2002 no Rio de Janeiro, constitui um exemplo notório de interface entre academia e ativismo. Ao longo de 20 anos, o CLAM articulou pesquisadorxs de diversos países em torno de colóquios, pesquisas e publicações que difundiram epistemologias críticas sobre gênero/sexualidade e apoiaram políticas públicas inclusivas²¹.

Isso ocorreu em paralelo a um contexto continental de significativos avanços institucionais a partir dos anos 1990 como a incorporação dos direitos sexuais e reprodutivos em agendas estatais e a consolidação dos estudos de gênero/sexualidade como campo legítimo. Todavia, o próprio CLAM²² em seu balanço de duas décadas alerta para a ameaça que despontou na década de 2010: a ascensão de um conservadorismo político-articulado regionalmente, que ataca tanto os direitos sexuais conquistados quanto os fundamentos do conhecimento crítico produzido na área. Essa investida conservadora será examinada no capítulo seguinte.

Avanço conservador, ativismos transnacionais e memória queer migrante no século XXI

O início do século XXI testemunhou, na América Latina, um paradoxo evidente: concomitantemente a importantes conquistas jurídicas e sociais para populações LGBTT, consolidou-se um forte contramovimento reacionário, frequentemente ancorado em discursos fundamentalistas

²¹ MORA, Claudia et al. Apresentação – CLAM 20 anos: memória da formação de um campo de estudos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-17, 2024.

²² MORA, Claudia et al. Apresentação – CLAM 20 anos: memória da formação de um campo de estudos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-17, 2024.

religiosos e lideranças políticas de extrema direita. Países como Argentina, Brasil, Uruguai, Colômbia, México, entre outros, aprovaram legislações pioneiras: a Argentina sancionou, em 2012, uma Lei de Identidade de Gênero; Brasil e Uruguai reconheceram o casamento igualitário em 2013; o Chile aprovou sua lei de identidade de gênero em 2018; e a Suprema Corte mexicana impulsionou a legalização do matrimônio igualitário em todo o país até 2022²³.

Redes regionais de ativismo intensificaram-se, como a RedLacTrans e a Asociación Internacional de Lesbianas, Gays, Bisexuales, Trans e Intersex para la América Latina y el Caribe (ILGALAC), criando alianças transnacionais em defesa dos direitos LGBTQIAPN+. No entanto, esse avanço foi confrontado por uma “contraofensiva” conservadora. A retórica da chamada “ideologia de gênero” disseminou-se em praticamente todo o subcontinente a partir de meados dos anos 2010. Setores fundamentalistas católicos e evangélicos, muitas vezes com apoio de organizações norte-americanas de extrema direita, fomentaram campanhas de desinformação e pânico moral²⁴.

No Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro (2018) simbolizou o ápice dessa investida. Durante seu governo, registraram-se retrocessos simbólicos e práticos: órgãos de proteção foram esvaziados, diretrizes de diversidade foram excluídas de planos educacionais e discursos estigmatizantes legitimaram a violência social contra pessoas LGBTQIAPN+. Na Colômbia, no Peru e na Nicarágua também ocorreram retrocessos significativos, com governos conservadores barrando políticas educativas inclusivas e cerceando ativistas feministas e LGBTI²⁵.

²³ MORA, Claudia et al. Apresentação – CLAM 20 anos: memória da formação de um campo de estudos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-17, 2024.

²⁴ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

²⁵ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

Esse recrudescimento conservador tem contornos xenófobos e autoritários. As mesmas forças políticas que investem contra direitos LGBTQIAPN+ são aquelas que demonizam migrantes e minorias étnicas, evocando um ideal de nação homogênea, patriarcal e “pura”. No Chile, por exemplo, a chegada de imigrantes haitianos e venezuelanos desde 2015 foi explorada pela direita para incitar temores de “criminalidade” e “ameaça cultural”, enquanto travestis migrantes afrodescendentes tornaram-se duplamente visadas²⁶.

Diante desse cenário adverso, a resistência persiste em múltiplas frentes. Coletivos LGBTQIAPN+ latino-americanos têm demonstrado notável capacidade de resposta e adaptação. Quando espaços institucionais se fecham, recorrem à ação direta, à arte ativista e às redes internacionais de apoio. Durante o governo Bolsonaro, por exemplo, grupos trans e travestis no Brasil intensificaram parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) globais e mobilizações online para denunciar a política antigênero²⁷.

Na América Central, a Red Regional de Protección a Personas LGBTQIAPN+ Migrantes, lançada em 2019, exige ações coordenadas dos governos para proteger migrantes LGBTQIAPN+, construindo uma frente de advocacy que abrange do México ao Panamá. Movimentos de mulheres indígenas e negras têm incorporado com mais força a pauta das dissidências sexuais, entendendo que a luta contra o patriarcado colonial precisa abraçar todas as alteridades²⁸.

Projetos como a História Transviada, iniciado no Rio de Janeiro em 2019, buscam documentar e difundir as trajetórias de dissidentes sexuais ao longo do século XX, muitas vezes atravessadas por deslocamentos geográficos e

²⁶ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

²⁷ MORA, Claudia et al. Apresentação – CLAM 20 anos: memória da formação de um campo de estudos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-17, 2024.

²⁸ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

sociais²⁹. Ao recuperar narrativas de migrantes e exilados queer, essas iniciativas fortalecem identidades coletivas dissidentes e oferecem uma contra-história às narrativas oficiais. Exposições como a promovida pelo Museu da Diversidade Sexual de São Paulo, em 2024, sobre *Migrações e Refúgio LGBT* exemplificam a institucionalização dessa memória.

A dissidência de gênero e sexualidade na América Latina, quando lida em movimento atravessando fronteiras, normas e violências, revela não apenas as múltiplas opressões enfrentadas, mas também os repertórios de solidariedade e criação que configuram um internacionalismo queer/cuir latino-americano. A memória migrante queer constitui, portanto, não apenas um campo de estudo, mas um horizonte político de resistência coletiva.

Trincheiras em movimento: a autoproteção de migrantes LGBTT na América Latina

Ainda que os discursos oficiais sobre direitos humanos na América Latina tenham incorporado, nos últimos anos, a gramática da diversidade e da inclusão, a vivência cotidiana de migrantes LGBTQIAPN+ revela uma realidade marcada por hostilidades reiteradas e silêncios estratégicos. Esse descompasso entre enunciado institucional e prática social leva essas populações a operarem em regimes permanentes de autoproteção verdadeiras trincheiras subjetivas e coletivas nas quais estratégias de sobrevivência são continuamente (re)inventadas.

A metáfora das trincheiras não é fortuita: ela evoca o campo de batalha, o desgaste prolongado e a necessidade de resistência em meio ao cerco. Para o(a) migrante LGBTQIAPN+ na América Latina, a travessia raramente termina ao cruzar uma fronteira geográfica; ela continua nos territórios simbólicos do trabalho, da moradia, da saúde, da escola e,

²⁹ HISTÓRIA TRANSVIADA. Projeto de pesquisa e extensão da UFRJ. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.historiatransviada.com.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

sobretudo, da linguagem. Em sociedades atravessadas por legados coloniais de racialização, cisheteronormatividade e nacionalismo excludente, o corpo migrante dissidente permanece posicionado como corpo estranho, ou seja, como aquilo que deve ser domesticado, silenciado ou eliminado³⁰.

A mobilidade, nesse contexto, converte-se em mecanismo ambíguo: ao mesmo tempo que representa uma busca por fuga, proteção e reinvenção de si, ela também expõe esses sujeitos a novas formas de precarização e violência³¹. A figura da mulher trans migrante, por exemplo, sintetiza esse paradoxo com intensidade brutal. Expulsa de sua cidade natal por ameaças de morte ou violência familiar, ela se vê obrigada a circular entre abrigos precários, fronteiras burocráticas e ocupações informais de trabalho frequentemente ligadas à economia do sexo ou ao trabalho doméstico informal. Cada deslocamento, cada novo contato com o Estado ou com o mercado, se dá sob o risco da patologização, da deportação ou do assassinato³².

Nessas condições, a autoproteção não se organiza como política de Estado — ao contrário, ela emerge da ausência sistemática de proteção pública e da recusa reiterada do reconhecimento pleno. As trincheiras são formadas por alianças marginais, casas coletivas, redes informais de apoio entre pares, linguagens cifradas e performances de invisibilidade. Migrantes LGBTI ocultam seus documentos para evitar discriminação, modulam sua fala em contextos hostis, criam comunidades improvisadas em pensões, abrigos ou bairros periféricos em que a solidariedade entre iguais se torna substituta do

³⁰ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022; LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 949-967, 2010.

³¹ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

³² BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

direito negado. São práticas de cuidado radical e clandestino, costuradas entre o afeto e o medo³³.

Ao contrário do que sugerem discursos cosmopolitas sobre “cidadanias sexuais” ou “integração multicultural”, a vida de migrantes LGBTQIAPN+ latino-americanos é uma constante negociação entre visibilidade e segurança. A trincheira, nesse caso, não é uma escolha, mas uma condição imposta por estruturas que ainda tratam a dissidência como anomalia e a migração como ameaça. Mesmo em países com legislações progressistas como a Argentina ou o Uruguai, a violência simbólica e material persiste: denúncias de discriminação institucional, racismo nas filas de regularização e transfobia nos serviços públicos revelam que as leis nem sempre se traduzem em práticas³⁴.

É preciso reconhecer que o que está em jogo não é apenas a exclusão, mas a fabricação ativa da exclusão como método de governo. Governar por exclusão significa controlar a mobilidade de corpos dissidentes, ao mesmo tempo que se legitima uma imagem nacional homogênea, branca, cisgênero e heteronormativa. Para escapar desse cerco, os sujeitos migrantes LGBTQIAPN+ inventam cartografias alternativas, reinventam laços familiares e produzem estéticas próprias de existência onde o cuidado mútuo é insubmissso, e a sobrevivência é uma forma de rebeldia.

Portanto, quando afirmamos que o migrante LGBTQIAPN+ segue em trincheiras de autoproteção, não estamos apenas nomeando um estado de vulnerabilidade, mas uma estética política. Uma forma de estar no mundo que desafia a normatividade ao mesmo tempo que preserva a vida em suas múltiplas formas. Reconhecer essas trincheiras como espaços de criação e resistência é parte fundamental da luta por justiça social e por uma

³³ HISTÓRIA TRANSVIADA. Projeto de pesquisa e extensão da UFRJ. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.historiatransviada.com.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

³⁴ MORA, Claudia et al. Apresentação – CLAM 20 anos: memória da formação de um campo de estudos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-17, 2024.

pedagogia do acolhimento que, de fato, desloque os centros da norma e escute o que vem das margens não como ruído, mas como enunciação legítima de mundos possíveis.

A autoproteção de migrantes LGBT: estratégias subjetivas nas fronteiras da violência e da invisibilidade

A vivência de migrantes LGBTQIAPN+ no Brasil e em outros contextos da América Latina exige ser compreendida a partir de um regime de produção de subjetividades tensionado por múltiplas violências: a do deslocamento forçado, a da normatividade cisheteropatriarcal e a do Estado-nação como dispositivo de controle da mobilidade e da identidade. Nesse entrecruzamento, o conceito de autoproteção emerge não como um simples mecanismo de defesa individual, mas como prática política e microrresistência diante de instituições que historicamente têm negado reconhecimento, proteção e pertencimento a corpos dissidentes. A autoproteção, nesse sentido, não pode ser reduzida à adaptação funcional a contextos hostis, mas deve ser lida como potência de invenção de si e de reconfiguração das relações com o espaço, com a linguagem e com a memória.

Para migrantes LGBTQIAPN+, as experiências de violência não se encerram nas motivações que levaram ao deslocamento muitas vezes relacionadas à perseguição por orientação sexual ou identidade de gênero, mas se desdobram nos territórios de chegada, onde o discurso multiculturalista esconde uma prática institucional marcada por racismo, homofobia e transfobia estrutural. A ausência de políticas públicas específicas para esse grupo, a indiferença de sistemas de saúde e educação e o silenciamento de suas narrativas em instâncias oficiais de acolhimento impõem aos sujeitos o fardo de construir formas autônomas de sobrevivência. Tais formas incluem desde o uso estratégico do anonimato e da mutação performática de gênero em espaços públicos até a criação de redes informais de apoio,

frequentemente subterrâneas, entre pares que compartilham experiências de exclusão.

Nessa perspectiva, a autoproteção adquire um caráter ambivalente. Por um lado, ela evidencia a capacidade de agenciamento dos sujeitos, que reconfiguram sua existência nos interstícios do sistema que os oprime. Por outro, denuncia a falência do Estado e de suas instituições na garantia dos direitos mais básicos à população migrante LGBTQIAPN+. A invisibilidade institucionalizada que se manifesta na ausência de dados desagregados, na recusa em reconhecer demandas específicas e na precariedade de políticas interseccionais força esses sujeitos a habitarem as bordas do espaço público, mobilizando estratégias de camuflagem, silêncio ou hiperexposição controlada como modos de garantir sua integridade física e psíquica.

O que está em jogo, portanto, não é apenas a sobrevivência biológica, mas a defesa de uma existência dissidente em territórios marcados pela colonialidade do poder, do saber e do ser. A autoproteção torna-se um exercício cotidiano de curadoria de si, no qual os sujeitos estabelecem limites, negociam pertencimentos, testam linguagens e forjam afetos que não encontram respaldo nos dispositivos formais de acolhida. Essa experiência, por vezes, implica a recusa ativa do que se espera de uma trajetória migratória bem-sucedida recusa do apagamento da sexualidade, da normatização da identidade de gênero ou da inserção em projetos assimilacionistas de cidadania. O que se vê são sujeitos que, na interseção entre vulnerabilidade e resistência, constroem pedagogias do cuidado, do afeto e da denúncia, reconfigurando os próprios marcos do que se entende por proteção e cidadania.

Problematizar a autoproteção de migrantes LGBTQIAPN+ exige, assim, romper com a lógica salvacionista e vitimizante que ainda permeia muitas abordagens acadêmicas e políticas. Trata-se de reconhecer que esses sujeitos elaboram epistemologias próprias, que desafiam tanto os regimes disciplinares da migração quanto os cânones da sexualidade normativa. Seus modos de

narrar a si, de ocupar o espaço urbano, de performar gênero e de (des)fazer família apontam para um horizonte de radicalidade política que exige ser escutado. A escola, os centros de acolhida, os serviços públicos e as políticas de assistência não podem continuar a operar sob a ilusão da neutralidade: ou assumem uma postura antidiscriminatória e interseccional, ou continuarão a reproduzir a lógica de apagamento que leva esses sujeitos à autoproteção como último recurso de existência.

Nesse cenário, é urgente a constituição de políticas públicas interseccionais que articulem raça, gênero, sexualidade e migração como eixos indissociáveis de análise e intervenção. É necessário também que os saberes produzidos por coletivos migrantes LGBTQIAPN+ sejam legitimados como conhecimento político e epistêmico, capazes de orientar práticas institucionais que não apenas acolham, mas transformem. Enquanto isso não for garantido, a autoproteção seguirá sendo a pedagogia possível dos corpos dissidentes em movimento: uma pedagogia do limiar, do segredo e da invenção silenciosa de mundos. Não se trata de celebrar a resistência solitária, mas de expor o fracasso da proteção pública e de convocar, com urgência, a reconstrução ética das práticas de cuidado, escuta e reparação histórica.

Conclusão

Ao inserir criticamente a figura do(a) migrante na história das dissidências de gênero e sexualidade na América Latina, evidenciamos como a mobilidade voluntária ou forçada esteve no cerne tanto da opressão quanto da resistência vivenciadas por pessoas LGBTQIAPN+ na região. Desde a era colonial, quando sujeitos “sodomíticos” ou transgressorxs de gênero eram punidos com desterro e silenciamento, passando pelos fluxos migratórios internos que alimentaram subculturas queer urbanas, até os exílios e diásporas

contemporâneos motivados por violência LGBTIfóbica, o ato de deslocar-se condicionou profundamente as possibilidades de existir fora da norma³⁵.

A experiência migratória mostrou-se um amplificador de vulnerabilidades expondo indivíduos dissidentes a novas camadas de exclusão e risco, mas também um catalisador de consciência política e criação comunitária, permitindo encontros, trocas e reinvenções identitárias para além das fronteiras estreitas das sociedades de origem. A interseccionalidade entre migração, sexualidade e gênero revela as engrenagens de sistemas de dominação múltiplos, mas também ilumina o potencial de articulação de um internacionalismo *cuir* latino-americano que tensiona tanto o nacionalismo excludente quanto os paradigmas eurocêntricos³⁶.

A colonialidade do poder legou à América Latina uma matriz hierárquica que subalterniza simultaneamente o corpo “estrangeiro” e o corpo “desviante”. Reconhecer essa interseção nos permite compreender por que forças autoritárias de hoje se empenham tanto em erguer muros físicos e simbólicos contra migrantes e contra pessoas LGBTQI+: trata-se de reafirmar limites rígidos de pertencimento frente àquilo que escapa e transgride³⁷.

Ao mesmo tempo, olhar para a história através da lente migratória evidencia a potência das alianças forjadas em trânsito. As redes de apoio entre travestis migrantes, os circuitos culturais alimentados por exilados queer e a circulação de estratégias de luta de um país a outro, tudo isso compõe

³⁵ LOZANO, Ezequiel. *Sexualidades disidentes en el teatro: Buenos Aires, años 60*. Buenos Aires: Biblos, 2015; LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 949-967, 2010.

³⁶ COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015; GROSFOGUEL, Ramón. Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 496-530.

³⁷ GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

uma sorte de internacionalismo queer/cuir latino-americano, muitas vezes invisível nas historiografias nacionais, mas que pulsa nas margens³⁸.

Diante das investidas contemporâneas de ordem moralista, fundamentalista e xenófoba, a resposta das dissidências sexuais e de gênero tem sido reafirmar seus laços comunitários e sua memória coletiva — e nisso, incluem-se explicitamente as trajetórias migrantes. Preservar a memória das diásporas queer latino-americanas e registrar as histórias de refugiadas trans, de operários gays migrantes e de famílias lésbicas binacionais significa ampliar o escopo do que entendemos por história latino-americana, incorporando sujeitos antes marginalizados nas narrativas oficiais. Significa também inspirar novas gerações com exemplos de coragem e solidariedade.

As considerações finais aqui apresentadas tensionam, de modo deliberado, não apenas os limites formais da cidadania moderna, mas, de forma ainda mais incisiva, as barreiras epistêmicas que historicamente definem quais corpos podem ser reconhecidos como legítimos e quais permanecem relegados à condição de inexistência política e simbólica. A presente reflexão se constitui, portanto, como um gesto de enfrentamento à lógica da exclusão e à produção sistemática de silêncios que atravessam os sujeitos migrantes LGBTQIAPN+. Mais do que um encerramento, este texto propõe uma abertura: um convite à desnaturalização das fronteiras geográficas, morais e ontológicas que buscam disciplinar as corporalidades dissidentes e circunscrever as existências deslocadas às margens do inteligível.

Resistir a essas narrativas de apagamento requer uma ética da escuta, da memória e da restituição, entendidas aqui não como gestos de compaixão, mas como práticas políticas de reconhecimento e reconstrução do humano. Não basta constatar o sofrimento que atravessa os corpos migrantes e dissidentes; é preciso instaurar uma gramática do cuidado e da

³⁸ MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024; HISTÓRIA TRANSVIADA. Projeto de pesquisa e extensão da UFRJ. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.historiatransviada.com.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

hospitalidade que reinscreva a humanização como verbo coletivo, performado na pluralidade das vozes, nos interstícios da linguagem e nas brechas do poder. Essa ética convoca uma *justiça sensível*, capaz de acolher a precariedade, a vulnerabilidade e a potência como dimensões constitutivas da vida em comum. Trata-se de pensar o cuidado não como benevolência, mas como prática de restituição ontológica e de insurgência contra o esquecimento.

Ao revisitá-lo criticamente os marcos históricos que atravessam as noções de sexualidade, migração e cidadania, este artigo reivindica um reposicionamento epistemológico e político: o de olhar, pensar e agir desde as margens. Essa perspectiva implica descentrar a norma e seus dispositivos de poder, reconhecendo as margens não como zonas de exclusão, mas como espaços de invenção, resistência e enunciação. Nas fronteiras da linguagem e do corpo, os sujeitos migrantes LGBTQIAPN+ produzem epistemologias insurgentes, modos de saber e de existir que desafiam as cartografias coloniais do humano. Assim, propõe-se uma pedagogia da escuta e da convivência, na qual o dissenso se torna potência criadora e o diálogo, instrumento de reconfiguração do sensível.

Em última instância, o que se defende aqui é a urgência de um projeto ético-estético de refundação do comum, no qual a diferença não seja assimilada nem tolerada, mas afirmada como força de criação e de transformação social. Reescrever o humano, nessa chave, significa deslocar as fronteiras do possível, instituindo outras formas de pertencimento e de comunidade formas que se constroem não apesar das diferenças, mas precisamente a partir delas, na aposta radical de que toda vida é digna de ser dita, escutada e acolhida.

Referências

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

COLECTIVO UNIVERSITARIO DE DISIDENCIA SEXUAL (CUDS). Coordenadora Universitaria por la Disidencia Sexual. Santiago do Chile, 2002. Disponível em: <https://summit.creativetime.org/miami-2018/colectivo-universitario-de-disidencia-sexual/> Acesso em: 10 maio 2025.

GALAZ, Caterine; STANG, María F.; LARA, Antonia. Políticas migratórias e de diversidade sexual no Chile: tensionando a retórica do consenso pós-ditatorial. *Revista de Estudios Sociales*, [s. l.], n. 83, p. 61-80, 2022.

GROSFOGUEL, Ramón. Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 496-530.

HISTÓRIA TRANSVIADA. Projeto de pesquisa e extensão da UFRJ. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.historiatransviada.com> Acesso em: 10 maio 2025.

LOZANO, Ezequiel. *Sexualidades disidentes en el teatro*: Buenos Aires, años 60. Buenos Aires: Biblos, 2015.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 949-967, 2010.

MIXED MIGRATION CENTRE (MMC). *En la mira: experiencias de las personas LGBTIQ+ en tránsito a través de las Américas*. Genebra: MMC/ACNUR, 2024.

MORA, Claudia et al. Apresentação – CLAM 20 anos: memória da formação de um campo de estudos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-17, 2024.